

# Depoimento de Coriolano de Loyola Cabral Fagundes

## *Testimony of Coriolano de Loyola Cabral Fagundes*

Entrevista concedida a Beatriz Kushnir\*

Transcrição: Yama Arruda\*\*

Certamente existe atualmente um enorme acervo de depoimentos orais que pesquisadores, por diferentes motes, vêm constituindo como fontes primárias para seus trabalhos. Corretamente, ao final de seus estudos, esses devem ser depositados em Laboratórios, Centros de Estudos e/ou Bibliotecas universitárias. Sabemos igualmente que, se não fizerem a migração para um suporte digital de “vida longa” – se é que isso existe nesse ambiente –, tais informações se perderão. Até porque, nem todos se preocupam, mas deveriam, em formular um projeto que transcrevesse o conteúdo desse material.

Atenta a essas questões e diversas vezes inquirida acerca das fontes orais que produzi no processo de formulação de minha tese de doutoramento em História<sup>1</sup>, na qual realizei mais de 60 entrevistas, sendo 11 delas com Censores Federais de diversas gerações, percebi que, na medida do possível, poderia publicá-las. Assim, permitiria o acesso aos seus conteúdos, bem como, a partir das notas de rodapé, apontaria as reflexões que me parecessem importantes. Concomitante, demonstraria ao leitor como as utilizei no corpo do texto final, produzido para a pesquisa em foco. Com base nesta decisão, optei por iniciar esta jornada “ao meu próprio passado”, escolhendo, talvez, um dos mais importantes depoimentos que produzi: a entrevista que me foi concedida por Coriolano de Loyola Cabral Fagundes, na sua casa, em Brasília, em dois momentos: em 1996 e no dia 17/08/1998. Assim que comecei a investigar quem eram os (lendários) censores da época, levei susto ao esbarrar, de cara, com vários jornalistas, somente no primeiro grupo de nomes levantados. Do time dos 11 entrevistados, pouquíssimos autorizaram a divulgação de suas identidades reais. A maior parte é designada por nomes fictícios. Explica-se: muitos ainda são ou eram à época, funcionários de órgãos da segurança pública, ou – o que é mais embaraçoso – estão devidamente “aclimatados” no meio jornalístico.

Um dos que não se incomodou em ter o nome verdadeiro revelado foi Coriolano de Loyola Cabral Fagundes. Notícias me chegaram que teria falecido recentemente..., mas por

---

\*Beatriz Kushnir é pós-doutora em História e diretora do Arquivo da Cidade

\*\* Yama Arruda é graduado em História pela UFRJ

ocasião da entrevista havia se tornado pastor evangélico. Autor de *Censura e liberdade de expressão: tudo sobre a censura aos meios de comunicação no Brasil e no mundo* (São Paulo, Editau, 1975, 397 p.)<sup>2</sup>, o penúltimo diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) foi um censor de carreira.

*Beatriz Kushnir*

*There is no doubt that there is today an enormous amount of oral statements that researchers, for different reasons, have gathered as primary sources for their work. At the end of their studies, these statements must, of course, be deposited in Laboratories, Study Centres and/or university Libraries. We also know that if this material is not migrated into a “long life” digital format – if such a thing exists in this setting –, this information will be lost, especially because not everyone is concerned about formulating a project for transcribing the content of this material, although they should be. Having been attentive to these issues and asked several times about the oral sources I produced when writing my doctoral thesis in History – for which I carried out more than 60 interviews, 11 of them with Federal Censors from several generations –, I noticed that, possibilities permitting, I would be able to publish them. Thus, I would be allowing access to their content, as well as pointing out the reflexions I thought important from the footnotes. In parallel, I would be demonstrating to the reader how I used them in the body of the final text produced for the research in question. Based on this decision, I chose to start this journey “into my own past” by choosing what was perhaps one of the most important statements I have ever produced: the interview given to me by Coriolano de Loyola Cabral Fagundes in his house in Brasília on two separate occasions: in 1996 and on 17th August, 1998. When I started to research who the (legendary) censors of the time were, I was startled to come across several journalists right from the outset, in the first list of names researched alone. Out of the 11 subjects interviewed, very few allowed their real identity to be divulged. The majority is identified by a fictional name. Let me explain why: many of them still are (or were at the time) either employees of law enforcement agencies or – even more embarrassingly – have been duly “acclimatised” in the journalistic environment. One of the ones who did not mind his real name being revealed was Coriolano de Loyola Cabral Fagundes. I recently heard news of his death... but at the time of the interview he was an evangelical preacher. He was the author of *Censura e liberdade de expressão: tudo sobre a censura aos meios de comunicação no Brasil e no mundo* [Censorship and freedom of expression: all about censorship in the media in Brazil and the world] (São Paulo, Editau, 1975, 397 p.2), the second-last director of the Divisão de Censura de Diversões Públicas (Division of Censorship and Public Entertainment – DCDP) and a career censor.*

Beatriz Kushnir: Começamos pelo posto mais elevado de sua carreira de censor federal. Como o senhor foi convidado para ser o chefe da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP)?

**Coriolano:** O ministro [da Justiça] Fernando Lyra<sup>3</sup> queria um censor liberal, um censor que não fosse conivente com a política que estava saindo, a política dos governos militares. Antes de mim, quem exerceu o cargo foi a Solange Hernandez<sup>4</sup>, aliás, não me lembro se o José Vieira Madeira<sup>5</sup>, já falecido, nos intermediou ou não. Não, ele foi antes dela, é isso. Foram os próprios veículos de comunicação, a classe de autores e compositores, artistas, o pessoal das televisões, que me indicaram para o ministro. Então ele me chamou e disse que sua intenção era extinguir a Censura.

Beatriz Kushnir: Isso foi mais ou menos em 1985?

**Coriolano:** Foi no iníciozinho de 1985, na posse do [presidente] José Sarney (1985-89). Assumi [esta missão] com uma posição muito cômoda. A Administração [Pública conhecia o meu perfil e] já havia me aplicado punições brandas por causa de atitudes [consideradas] independentes. [Eu já havia concedido] entrevistas durante o Governo Militar. Ao *Jornal do Brasil* declarei que era contra a censura de imprensa. Fui mandado para a Academia [Nacional de Polícia], onde não tinha nada para fazer. Fui para lá durante a administração de Solange Hernandez à frente da DCDP. [No período, o Diretor do Departamento de Polícia Federal era o Moacyr Coelho<sup>6</sup>]. Depois de sua saída da administração da Polícia Federal, e quando eu estava no mundo..., o encontrei em uma boate em Brasília. Bom, então o ministro Lyra convidou-me para assumir, em um momento em que o governo queria acabar com a censura. A minha posição, a minha oportunidade foi muito boa, muito fácil, porque naquela época eu acreditava que a extinção da censura [significava] dar um passo à frente para a democracia. Fui [realizar algo em que] acreditava, tinha esperança na extinção da censura, na modernização política do país. Já [no período anterior] quando a Solange Hernandez assumiu o controle da censura a situação era completamente diferente. [Ela comandou o DCDP] durante a ditadura militar, então tinha que apresentar serviço em termos de um rigor censório, em termos de repressão na produção cultural<sup>7</sup>. O meu momento foi muito melhor, mais simpático.

Beatriz Kushnir: Conte, por favor, como foi o convite.

**Coriolano:** Fui [encontrar] Fernando Lyra, que mandou me chamar e falou, em resumo: “Vou extinguir a censura. Quero saber se você aceita esse papel de preparar o caminho interna e externamente para a extinção da censura”. Disse a ele que aceitava, e que, inclusive, pessoalmente, eu também abraçava esse ponto de vista. Ele nomeou-me e autorizou-me a falar com a imprensa diretamente, o que os diretores anteriores da censura eram proibidos de fazer. E me deu também um gabinete no Ministério da Justiça.

Beatriz Kushnir: O senhor não ficou no Departamento da Polícia Federal?

**Coriolano:** Não, porque fui o diretor de censura escolhido pelo ministro à revelia da administração da Polícia Federal. A indicação deles era outra pessoa, ligada à comunidade de informações. Então, empenharam-se pela nomeação dessa pessoa. Fui escolhido pelo ministro e, acredito que o ministro, antevendo as dificuldades internas que eles iriam criar, me deu um gabinete próximo ao dele, no Ministério da Justiça, com a ordem de desarticular a censura. Assumi nessas condições e fui desarticulando a censura. Por exemplo, tínhamos um órgão revisor, o Conselho Superior de Censura (CSC)<sup>8</sup>, que, por vezes, queria ser mais rigoroso do que a censura. Trabalhava sintonizado com a Solange, por exemplo. Então, passei a resolver tudo em primeira instância, no meu nível e, com isso, o Conselho Superior de Censura foi totalmente esvaziado<sup>9</sup>. Foi mais um foco de ataque à minha administração. Havia conselheiros que me odiavam, porque acabei com o trabalho deles. Eu liberava em primeira instância, depois passava pelo ministro. E o que os censores queriam interditar, eu colocava em revisão ali no nosso nível, distribuía para outras turmas examinarem e acabava liberando. Então, fiquei entre dois fogos, entre o da administração da Polícia Federal, que não gostava de mim porque eu era liberal e ia contra as convicções da maioria, e porque fui nomeado à sua revelia. Muitos delegados não se conformavam por eu ter um gabinete próximo ao do ministro e ter acesso a ele diariamente. Eles não tinham. Esse fato criou uma situação de ciúmes. De outro lado, o Conselho Superior de Censura pressionando, porque queriam que as peças subissem para a primeira instância, os filmes, os programas de televisão. E ele estava esvaziado, então, fiquei entre dois fogos<sup>10</sup>. E quando saí já era o ...ministro...aquele gaúcho...como era mesmo o nome dele?

Beatriz Kushnir: O ministro da Justiça, depois do Fernando Lyra, foi o Paulo Brossard.

**Coriolano:** Exatamente. O Paulo Brossard estava me mantendo lá, apesar da campanha contra essa desmoralização, eles queriam ver se mudavam a direção da Censura, e eu ali atrapalhando! Quando vi uma entrevista do presidente José Sarney interpellando o ministro sobre o porquê de ele não ter me substituído ainda... [compreendi que minha permanência no cargo estava com as horas contadas]<sup>11</sup>. O José Sarney era a favor do recrudescimento, haja vista o “*Je vous salue, Marie*”, que ele queria que fosse interditado, ele pressionou até ser... interditado. Naquela época foi pressão do presidente, porque, antes do filme chegar, ele assumira um compromisso com a Igreja de que o filme nunca [seria exibido] no Brasil<sup>12</sup>. Creio que esse filme foi o último a ser proibido, porque censurado é um termo mais abrangente do que proibido. Por exemplo, tem uma cena que você manda excluir, esse filme está censurado, embora ele seja liberado. [Apenas] não vão ver esse filme no país na versão integral. Então, o último proibido integralmente, acredito foi o “*Je vous salue, Marie*”. Com esse incidente para a proibição desse filme, o presidente [Sarney] começou a pressionar. Inclusive falei para a imprensa que foi com tristeza e sob pressão [que o filme] foi vetado. O próprio ministro

Fernando Lyra não queria [essa proibição], tanto que ele renunciou, entre outros motivos, também por esse. Ele declarou à imprensa, e era sincero, que queria extinguir a censura, não iriam proibir nada durante sua administração. Até saíram aquelas brincadeiras “é proibido proibir”. Ele não queria enfrentar nada, coisa nenhuma, queria passar pelo Ministério da Justiça conservando a imagem de um liberal e foi forçado pela Presidência a me mandar proibir. O ato proibitório foi meu, mas o autor intelectual foi o presidente Sarney<sup>13</sup>.

Beatriz Kushnir: Uma década e meia se passou entre o episódio do “Je vous salue, Marie” e esta nossa conversa. Algo mudou para o senhor?

**Coriolano:** Então, chegamos nessa altura da entrevista sobre a qual eu estava lhe falando, a da Marília Gabriela (jornalista, apresentadora, entrevistadora) e ela me perguntou: “E hoje, você seria censor de novo?” Eu disse que seria, e muito mais rigoroso do que fui. Porque naquele tempo eu era um liberal, hoje em dia não sou mais. E ela disse: “Como pode uma pessoa mudar de posição? Por que o senhor mudou de posição!” Falei a ela que Jesus transformou a minha vida, naquele tempo eu era um homem do mundo, preocupado com as leis materiais humanas, com os problemas sociais, com problemas exclusivamente de educação da criança, e hoje preocupo-me com problemas de natureza moral, de natureza espiritual, na transformação do indivíduo para melhor<sup>14</sup>. Entendo que os homens de comunicação social [precisam de parâmetros], com exclusão da imprensa escrita, pois acho que a imprensa escrita tem o direito de publicar tudo o que quiser. Primeiro, porque o nosso país deve ter 50% de analfabetos, então esse grande contingente da nossa população já está privado de ler.

Beatriz Kushnir: Já que o senhor mencionou a imprensa escrita e a sua não concordância naquela época, e também agora, com os atos censórios a esse meio de comunicação, gostaria de lhe indagar sobre a sua atuação no Sigab<sup>15</sup> (Serviço de Inteligência do Gabinete), vinculado diretamente ao gabinete do ministro da Justiça e que possuía agências em todos os estados da federação.

**Coriolano:** O que é Sigab?... É a censura à imprensa, não é? Fiz parte em São Paulo, mas por três meses só<sup>16</sup>. Não conheço os bastidores do Sigab porque, naquela altura, conforme já te disse, tinha dado uma entrevista ao *Jornal do Brasil* declarando-me contra a censura à imprensa, dizendo que a censura à imprensa era um retrocesso. Porque eu compreendia, e em parte eu era liberal, que a existência da censura de diversões – porque a diversão, a partir do advento da televisão, adentra a sua casa sem pedir permissão. Seus filhos menores ligam o aparelho e veem programas que muitas vezes têm uma mensagem deletéria, que prejudica a formação do menor. Sempre justifiquei a existência de uma censura de diversões públicas, mas voltada para o bem-estar do menor, para a boa formação. Sempre entendi isso, por exemplo, a proibição total, como eu estava lhe falando, de um espetáculo qualquer, gera

turbulência, porque você está proibindo o maior de ver, e o maior tem a opção de escolha. O maior já tem sua formação política, social, moral. Não é porque ele viu um filme que vai mudar sua opinião. Acho que isso é exploração. Isso é coisa daquelas pessoas que são mais realistas do que o rei! Querem fiscalizar até a diversão do maior. Então, dentro desse prisma, achava que a censura à imprensa era realmente um retrocesso. Porque tinha um grupo que falava de censura à imprensa durante a ditadura de Getúlio Vargas, Estado Novo. Conheci isso, ainda garoto, ouvi meu pai falar disso, ele era professor da Faculdade de Direito. A luta política dele – e ele se queixava que foi marginalizado durante muito tempo pela ditadura porque era liberal e não concordava com isso e nem escrevia para os jornais –, porque era contra aquela ditadura e foi prejudicado em suas aspirações, inclusive políticas. Recebi dele criação de casa, de a gente ser contra a ditadura, quando a ditadura é manifestada sobre a forma de censura à imprensa. Eu também tinha essa posição contra a censura à imprensa. Então, agora, quando fui chamado, quando fui intimado a fazer [parte do] Sigab por três meses, foi quando fui para São Paulo. Fui para São Paulo no começo de 1973. Entre o fim de 1973 e o começo de 1974, o coronel [Antônio] Lepiani<sup>17</sup>, que me conhecia, até me dava muito bem com ele. Era uma pessoa socialmente muito agradável, sabe? E, por sorte minha, ele tinha uma aparentada dele ou da senhora dele, agora não me lembro mais, e ela era censora também. Ela e o marido ficaram muito amigos nossos, meu e da minha mulher. Eles iam lá em casa, em São Paulo. Fui transferido [para São Paulo], porque queria passar uma temporada fora de Brasília. Pedi, e eles me colocaram lá. Fui para São Paulo porque já estava há muito tempo em Brasília<sup>18</sup>. Ingressei na Polícia Federal em 1961, quando ainda era o Departamento Federal de Segurança Pública. Essa foi a época da implantação da Censura [em Brasília, na capital recém-fundada]. Fui o primeiro censor nomeado. Uma semana depois, veio mais um, o José Vieira Madeira, jornalista, carioca. O interessante é o seguinte, a imprensa fala muito em censura, não é? Eu me lembrei disso e já declarei isso em entrevista. Pelo menos os dez primeiros censores [em Brasília] eram jornalistas, a única exceção, o único que não era jornalista, era eu.

Beatriz Kushnir: Já havia percebido esse “curioso” perfil dos censores/jornalistas e fiquei surpresa com isso também.

**Coriolano:** [Pois é, então vamos do início]. Ingressei na Polícia Federal através do Juizado de Menores. Na época, o chefe da Polícia Federal se aliou ao juiz de Menores de Brasília [para atuar na Censura], e pediu um representante do juiz de Menores lá. Eu tinha recém-chegado de São Paulo... não, morava no Rio, tinha recém-vindo para Brasília. Quando cheguei aqui, meu pai, que era juiz do TRE – Tribunal Regional Eleitoral –, era amigo do dr. Geraldo Irineu Onofre, que era o juiz de Menores. Então, o chefe da Polícia Federal ligou para dr. Geraldo Irineu Onofre, e esse juiz vinha muito aqui em casa jogar xadrez e meu pai ia muito na casa dele. Eu também ia na casa desse juiz, e ele me conhecia, conversava muito

com ele. Quando o chefe da Polícia Federal ligou para ele dizendo que ia implantar a censura e queria que o juiz indicasse alguém para representá-lo na Polícia Federal, por coincidência eu estava ali, visitando o gabinete dele com meu pai. O dr. Geraldo Irineu Onofre disse que tinha um jovem muito bom para isso, professor de inglês, e deu lá as minhas qualificações. “Toma nota do nome dele aí – Coriolano –, ele vai aí então”. Desligou e me perguntou se eu aceitava, quer dizer, o juiz de Menores abriu as portas para o meu ingresso na Censura. E os outros censores [que compuseram esse primeiro grupo] eram os jornalistas credenciados no gabinete do diretor-geral da Polícia Federal.

Beatriz Kushnir: O senhor se lembra de alguns nomes?

**Coriolano:** Zé Vieira Madeira, Wilson Queiroz Garcia<sup>19</sup>, e daí a pouco, estava cercado de jornalistas credenciados. No começo, inclusive, muita gente batia o martelo lá na máquina de Censura para mandar parar o jornal e alguns jornais mais radicais, entre aspas, tipo *O Estado de S. Paulo*, implicaram com esse emprego que os censores deles arranjaram. Teve gente que perdeu o emprego em jornal, teve que mudar de jornal e tal. Mas, de qualquer maneira, a grande maioria ali era jornalista. No começo era um contingente de homens. Bom, aí nós começamos a censura, sem literatura nenhuma, sem experiência, porque a Censura da Guanabara, da Presidência no Rio de Janeiro, aquele pessoal continuou no Rio, não quis ir para Brasília. Então tivemos que implantar uma Censura arregimentada no próprio local, aqui em Brasília. Fomos nomeados, o primeiro a ser nomeado fui eu, depois o Zé Vieira Madeira e depois os outros. Aí começou a Censura, no final de 1961 fui nomeado, e em 1962 começou. A Censura originalmente era na esplanada dos ministérios, em um prédio, se eu não me engano, no Ministério da Agricultura, não era nem no Ministério da Justiça, era em uma sala conseguida lá. No comecinho havia uma sala grande, uma secretária, um executivo de fiscalização, e eu. Daí a pouco, mais um, Madeira; depois surgiram mais dois ou três e assim foi crescendo e a Polícia Federal passando circular para as nossas ações sincronizadas, para orientar os produtores a mandar os filmes para cá, peças teatrais e tal.

Beatriz Kushnir: Queriam centralizar o trabalho?

**Coriolano:** [Sim, e] em Brasília, e vão levar tempo, uma briga até que se conseguisse implantar. Então foi isso. Estive lá desde o primeiro dia da Censura até o último dia. E, sim, você tinha perguntado sobre o Sigab. Quando eu estive no Sigab, esse coronel Lepiani, talvez tenha sido uma prova de fogo para mim. Saiu um censor que precisava de férias, ele me chamou e disse: “Coriolano, quero que você assuma o lugar desse censor que saiu de férias para você fazer Sigab.” Eu já estava inclusive meio esquentado de comissão branca. Eu disse: “Coronel, o senhor sabe que tenho declarado que sou contra a censura à imprensa, mas estou em um órgão no qual existe hierarquia e disciplina. Se o senhor me obrigar a fazer a censura, vou ter que fazer, mas gostaria que o senhor me poupasse disso”. O próprio coronel Lepiani

me falou: “eu me alegro muito que você tenha falado assim, porque se você se negasse eu ia puni-lo”. Então, eu disse: “Está bom”. Nisso ele me disse que era por uma semana, para substituir um censor que havia saído de férias, e saía outro e outro e nisso fiquei lá três meses.

Beatriz Kushnir: Quem dirigia o Sigab em São Paulo, o senhor se lembra?

**Coriolano:** Era um senhor idoso... Richard Bloch. A Tesourinha (Solange Hernandez) era assessora dele. Eles eram muito amigos. O Richard Bloch também era uma pessoa muito polida, muito educada no tratamento. Mas, não topava ninguém não. Se eu não me engano ele era arquiteto, mas, politicamente era um radical de direita. Eu estava falando para você que tive sorte de ter feito amizade com uma parenta do Lepiani, porque eu estava em um incidente com esse Richard Bloch. A sorte nossa é que o *Estadão* é uma instituição organizada. Qualquer censor que chegava lá, na portaria, o porteiro já anotava. Chegou a que horas? Ficou quanto tempo? Saiu e tal”. Muito bem, eu estava escalado para censurar, e saiu uma matéria da qual o governo não gostou. O Richard Bloch era o diretor, então fui chamado para prestar explicação. Quando li a matéria, falei: “Olha, eu interditei essa matéria.” Ficou a minha palavra contra a palavra do jornal. Eles ficaram com o jornal, e queriam me punir como se eu tivesse sido omissos. [O Bloch me disse:] “Não, o senhor não foi lá. Eu tenho informação do jornal que o senhor esteve lá e saiu, sua obrigação era ter fiscalizado se eles estavam cumprindo a sua ordem ou não. Inclusive eu soube que teve duas edições desse jornal. Saíram quantos exemplares sem essa matéria? De qualquer maneira o senhor não ficou lá o tempo suficiente”. [Já] estava todo mundo decidindo que eu seria punido. Aí eu falei com essa minha amiga censora que era amiga do Lepiani: – “Fala lá com o seu parente que estive lá, que eu não minto. Inclusive, me admiro porque vocês estão em posição antagônica ao jornal e a palavra dele vale mais do que a de um funcionário que devia ter fé pública. Eu não estou entendendo esse negócio.” Ela falou com o Lepiani, e ele mandou investigar. Minha sorte foi que o porteiro registrou a minha entrada – fiquei lá umas quatro horas –, e a minha saída. Quando chegou essa informação da portaria do jornal, o Lepiani me chamou e disse: “O senhor não vai ser punido porque conseguiu provar que estava lá.” Então, a posição do funcionário era muito melindrosa por causa disso. Porque se o jornal furasse a posição da sua censura, era a sua palavra contra a dele e você seria punido. Então, realmente eu fiz três meses de Sigab. O Sigab ficava nesse prédio da Polícia Federal em São Paulo, nas proximidades do gabinete do representante do diretor-geral regional, do coronel Lepiani. Quando a gente estava de serviço no *Estadão*, soube também que eles censuraram [outros jornais]. Não só o diretor do Sigab tinha o telefone, também nos era dado o telefone do coronel Moacyr Coelho, o diretor-chefe supremo da Polícia Federal. A gente tinha autorização de ligar para ele a qualquer hora do dia e da noite para tirar dúvidas sobre matérias, se podiam sair ou não. Consultava-o diretamente, então a gente trabalhava lá nesse regime. Para os jornais era o Sigab que ligava dizendo o que não se podia publicar. “Por ordem superior fica proibido

publicar isso<sup>20</sup>. Era o próprio Sigab, que tinha uma equipe lá. O censor fazia o trabalho dele, no próprio jornal o censor dizia o que podia sair ou não. E tinha que relatar para o Sigab: foi proibido isso, aquilo e aquilo outro. O Sigab recebia, da Comunidade de Informação, notícias sobre matérias jornalísticas: o jornal tal vai publicar tal matéria. Nesses casos, o Sigab ligava, assim que tinham conhecimento através de informação. Porque, no meio jornalístico existia muito dedo-duro, sabe? Muito informante de dentro do jornal ligava para o Sigab para contar.

Beatriz Kushnir: O Waldemar de Souza tinha esta função?

**Coriolano:** Ele era da extrema-direita, era uma pessoa que vivia ali na Polícia Federal, oferecendo-se a pedido da Polícia Federal, para dar curso para censores de enrijecimento, de fechamento. Por exemplo, tinha esses grandes diretores de cinema, Godard. Ele provava que na filmoteca de cada um deles, que cada um deles era comunista. Tinham que ter seus filmes interditados, entendeu? Era uma pessoa muito preocupada com o conteúdo político dos filmes dos grandes diretores. Para ele, todo grande diretor era subversivo, merecia ter seus filmes proibidos. Ele tinha um cargo alto na [editora] Abril, mas que cargo era eu não sei. Só sei que tinha grande mobilidade em termos de passagem de avião, hospedagem em Brasília. Internamente, na Polícia Federal, tinha livre acesso e na Comunidade de Informação, entendeu? Era ligado ao SNI, era informante. Embora fosse uma pessoa de *status* profissional bom, ele era jornalista e tal, ele era um elemento que vinha muito aqui trazer nomes de subversivos, [ministrar cursos] na Academia de Polícia. A profissão daqueles, cujos nomes ele trazia, eu não sei. Mas, ele era um elemento de informação<sup>21</sup>.

Beatriz Kushnir: Seguindo por essa linha de desenhar perfis, estabelecendo este quadro de colaboradores, gostaria de me deter na trajetória do Wilson Queiroz Garcia.

**Coriolano:** Quem trabalhava no Sigab era elemento que tinha afinidade com informação e porque gostava daquele serviço. E quem era ligado a essa Comunidade de Informação, que era um órgão em última instância de segurança do próprio regime, era muito prestigiado. A maneira de fazer carreira era oferecer os préstimos lá, prestar bons serviços ao Sigab que você ficava com a ficha boa. O Sigab acabou com a queda do Governo Militar chamando a Nova República. Wilson Queiroz Garcia era jornalista, aqui em Brasília. Creio que no começo ele era d'O *Globo*, depois houve mudanças. O Zé Vieira Madeira foi o primeiro a ser nomeado diretor d'O *Globo* aqui em Brasília e [era] assessor do director-geral da Polícia Federal. Depois foi nomeado censor. [Para a] Censura, [a vinculação entre a] Polícia Federal e a Comunidade de Informação, [imprimiu a] ela [DPF] um estigma, uma marca. Era constantemente dirigida por militar, coronel e tal. Eram os homens de confiança.

Beatriz Kushnir: E o episódio que envolveu o Romero Lago, o senhor se lembra?

**Coriolano:** Lembro-me, fui assessor dele, trabalhava ao lado do gabinete dele. O Romero Lago, eu conhecia, sabe? Inclusive viajei com ele várias vezes. Ele era um homem, um gaúcho dinâmico. Tinha muito empreendimento aí fora. E era amigo pessoal do general que veio dirigir a Polícia Federal, agora o nome eu não me lembro. A memória de novo. O general que dirigia a Polícia Federal na época, em 1967... era o Riograndino Krueel, diretor do DPF no governo Castelo Branco (1964-1967). O Romero Lago era amigo pessoal, era afilhado do [general] Riograndino Krueel, que o trouxe para a Censura. Romero Lago era um alheio à Censura, era um empresário, ao que me consta, razoavelmente bem-sucedido. O erro dele, naquela conjuntura, é que ele era muito vaidoso, gostava muito de dar entrevista e aparecer. Então, nós soubemos nos bastidores, na época, que ele tinha problemas no passado, um suposto envolvimento em um homicídio<sup>22</sup>. Ele nunca foi censor. Ele era uma pessoa ligada a uma equipe do diretor do gabinete geral. Foi nomeado chefe, funcionou interinamente como censor enquanto chefe. Porque a decisão estava na mão dele. Mas aí, ele chegou lá, uma pessoa bem simpática, bem falante, economicamente bem-sucedida. Às vezes até ajudava algum funcionário em dificuldade, um funcionário que naquele dia estava com problema em casa, problema com família e chegava tarde, ele chamava e perguntava: “Qual é o seu problema?” Ele até ajudava, ele não era assim um homem com esse sentimento de punição, com esse ímpeto de punir, de se vingar. Era um homem muito sensível aos problemas dos outros. Bom, então ele estava lá dirigindo a Censura, mas ele era um homem muito vaidoso, gostava muito de dar entrevista na televisão, de aparecer. O que constituía uma imprudência, porque se ele tinha esse passado de suposto envolvimento em homicídio, devia se resguardar mais, mas ele se expunha. Aí consta, soube isso nos bastidores, que um elemento que o conhecia, lá do Rio Grande do Sul, veio trabalhar em Brasília, era contínuo em um desses ministérios. O Romero Lago aparecia muito na televisão e esse cidadão bebia muito e vendo-o na televisão em um dia de bebedeira, de porre, contou a história do Romero Lago em um local público onde tinha agente de Informação. “Esse cidadão é do Sul, eu conheço ele, estava envolvido em um crime, matou um homem”. E isso chegou aos membros da Comunidade de Informação. O Romero Lago também era um homem visado pela Polícia Federal e pelos outros militares, porque tinha um padrinho general com força bastante para mantê-lo ali, mas despertava inveja, porque a posição de um diretor da Censura sempre deu muita projeção, muita facilidade de ser convidado para entrevistas, de aparecer e se fazer politicamente. E o Romero Lago aparecia muito, e isso causava muito mal-estar em delegados, que achavam que deviam estar lá, coronel que (achava) devia estar lá. Ele era civil. Então o pessoal tinha inveja dele, da projeção dele e logo puseram isso para apurar. Ele tinha uma briga com um reformado da Aeronáutica, coronel, major, alguma coisa assim. Esse [sujeito da Aeronáutica] estava brigando com ele, porque queria interditar um filme, e ele não estava obedecendo. Então, eles armaram aquela situação para desmoralizá-lo. Inclusive tratava-se de filme de

mais de 20 anos, que já estava prescrito pela lei. Mas aí, eles fizeram aquele *rebu* tremendo e tiraram Romero Lago. Depois ele continuou com os negócios dele, era um homem de negócios. Foi para o Rio e faleceu.

Beatriz Kushnir: Vamos nos deter agora em casos emblemáticos, tratemos da censura ao filme *Pra Frente, Brasil*?

**Coriolano:** Esse *Pra Frente, Brasil*, se não me engano, foi um filme em que apareci por fora brigando, porque desapareceram processos, pareceres foram retirados. Eu denunciei [tudo isso e era] na administração da Solange Hernandez. Ela queria interditar. Eram esses filmes que chegavam com a advertência da Comunidade de Informação insinuando que deveriam ser proibidos. E quem era ligado à Informação se sujeitava, como uma hierarquia superior, tipo uma Gestapo, que falava e a outra estremecia até as bases. A grande maioria tinha medo da Comunidade de Informação. Então, *Pra Frente, Brasil* foi um desses filmes que chegaram lá como carta marcada para morrer. Fui ver o processo. Roberto Farias era meu amigo, meu conhecido, falou comigo do filme e tudo, fui examinar o processo e vi que faltava o parecer. Aí, comprei uma briga<sup>23</sup>.

Algumas vezes eu me expunha, brigando por retidão da Censura. Se um filme estava liberado por uma maioria, porque a Comunidade mandou tinha que interditar?! Sempre tive uma posição que a minha função era de examinar o conteúdo moral e político das criações, das produções do intelecto da inteligência humana. Eu tenho que censurar, eventualmente até condenar a criação intelectual, mas não tenho que julgar o homem. As suas tendências políticas e sexuais, isso não é problema meu, é do autor. E a Comunidade de Informação se incomodava com isso. Então virava o que a Ordem dos Advogados uma vez chamou de super-polícia. Além de fiscalizar a vida da pessoa ainda censurava a produção artística, intelectual. Eu procurava separar as duas coisas, não ia pela Informação. Eu sempre tive ojeriza à Informação. Achava que era uma indignidade você viver bisbilhotando a vida das pessoas, anotar num papelzinho. Muita gente fez carreira injusta, pois eram profissionais incompetentes, subiram porque se ligavam à Comunidade de Informação e passavam a fazer intriga, fofoca da vida dos outros, daqueles que tinham mais condições do que eles de vencer. Havia uma inversão de valores e isso me dava um mal-estar, então eu não me ligava à Comunidade de Informação e por consequência tive que pagar um preço.

Beatriz Kushnir: Gostaria de destrinçar o processo de contratação, concursos e treinamento dos censores. Neste sentido, poderia narrar quando se deu as primeiras provas para técnico de Censura, já que há um primeiro grupo apenas de indicados, não é?

**Coriolano:** Veja bem, naquela época todo órgão, em Brasília, era implantado assim. Você tinha uma tremenda carência de mão de obra especializada. Para você conseguir uma secretária decente, era uma apoteose. Porque você sabe que as pessoas que afluíam para Brasília

eram aquelas que estavam correndo atrás de emprego. Pessoas não qualificadas, que a gente chamava de candango, aquele pessoal do interior do Nordeste, de Goiás, sem qualificação nenhuma para trabalho algum. Então, o governo contratava em massa e começava a formar o quadro. Assim também os censores, todo mundo foi para lá sem experiência nenhuma, sem ter quem ensinasse. O primeiro trabalho, que me deram para fazer, por exemplo, eu me lembro, chamava-se *Um cidadão....* parece... *Um cidadão americanizado*. Como o próprio nome indica, tratava-se de uma crítica a uma suposta subserviência intelectual e política aos americanos. Minha primeira proposta foi de interdição da obra, no meu trabalho de estreia, pelo conteúdo político.

Beatriz Kushnir: Então podemos concluir que mesmo no pré-1964, há a atuação de uma censura política?

**Coriolano:** Tinha, tinha um senso... [Até porque,] a legislação de censura falava em moral e bons costumes, conteúdo político e violência. [Nosso trabalho era regido pelo] Decreto 20.493/46, que veio da ditadura Vargas<sup>24</sup>. Acho que por isso dava enfoque também ao conteúdo político. E o governo sempre se valeu da censura, os chamados governos democráticos também valeram-se da censura, faziam pressão. Só que a apoteose da censura foi no Governo Militar.

A primeira prova para técnico de censura surgiu com o advento da Lei 5.568 que criou o corpo de censores. Só não me lembro o ano, se é 1968, 1969<sup>25</sup>. Então, com base nessa lei passou-se a exigir um curso disso e daquilo. É, a estruturação. A partir dali eles passaram a exigir que o censor apresentasse certificado de conclusão de curso superior devidamente registrado no Ministério de Educação. [Primeiro existiram só] os concursos internos e depois os públicos para arregimentar mais vagas. [Aconteceram] uns quatro [concursos] pelo menos<sup>26</sup>.

Beatriz Kushnir: O senhor ministrou aulas na Academia Nacional de Polícia (ANP). Poderia me contar um pouco como eram essas provas, esses cursos.

**Coriolano:** Dei aula. Os cursos eram cursos normais, em sala de aula. Lecionei quatro anos e meio de inglês também. Lecionei no Colégio Dom Bosco logo que cheguei a Brasília, um semestre lá, porque o padre teve que fazer um curso nos Estados Unidos. Fui para ajudá-lo. Então, tenho experiência de magistério. [Na ANP], era um curso normal, por exemplo, legislação de censura. Eu pesquisava o fundamento legal do exercício da censura e [utilizava os livros organizados por censores, como os do] Wilson Queiroz Garcia, e do Carlos Rodrigues – mais dois jornalistas [e igualmente censores]<sup>27</sup>. [Eles organizam a legislação] para começar o trabalho, para fazer o concurso interno, e depois o concurso público. [Assim], foi [se] estruturando a Censura. No início era só voltada para diversões públicas. A partir dos governos militares, voltaram a exercer [as questões políticas].

Beatriz Kushnir: Nestes cursos da ANP, o que os novos censores apreendiam? Quem ministrava as aulas?

**Coriolano:** Eles arregimentavam. Por exemplo, nós tínhamos curso de cinema ministrado pela equipe do Curso Superior de Cinema, pelos professores da PUC-Belo Horizonte. Os professores eram convidados.

Beatriz Kushnir: E sabiam para quem ministrariam as aulas?

**Coriolano:** Como? [Que os alunos eram os censores federais?]. Sabiam e vinham. Então a gente aprendeu técnica de cinema, tanto que eu sei filmar, sei montar um filme, trabalhar em uma *moviola*. Porque os censores mais preocupados com a eficiência profissional apreendiam, se empenhavam e estudavam essas técnicas de cinema, teatro e televisão por fora, para saber o que estavam fazendo. Às vezes, você resolvia a interdição de um filme tirando cinco fotogramas. Você sugeria ao produtor: “A briga toda está nessa imagem aqui.” Eu me lembro, por exemplo, foi no tempo da Solange [Hernandez], eles queriam interditar um filme em que a cena era o seguinte: a moça deitava o dorso em cima de uma mesa, do tipo sala de jantar, e o rapaz vinha e levantava a saia dela e aparecia a saia caindo. Aparecia um plano, detalhe bem próximo, no qual o rapaz carimbava a nádega da moça. Mas, aquela carimbada na nádega, você só sabia que era nádega pela sequência de gestos, entendeu? Porque, [só em] um plano muito próximo para você poder ver o carimbo, um fundo branco, com o carimbo em cima, parecia até uma folha de papel. Ela era muito branca. Então, eles ficaram preocupados com a nádega da mulher sendo carimbada. E o filme daquele jeito não saía. Chamei o importador do filme e expliquei a ele que o impasse estava todo naquilo, que aquela tomada em nada alteraria se ele tirasse aqueles cinco fotogramas. Ficava a ideia de que a moça fora carimbada na nádega do mesmo jeito, a única coisa é que a gente não iria ler o carimbo, mas estava escrito em sueco, e a gente aqui não lê sueco mesmo, então não fazia diferença nenhuma. [Permanecia] a ideia de que a moça foi carimbada, sem precisar aparecer aquele detalhe. Ele entendeu e comprou logo a ideia. E, para salvar o filme dele, dei o voto, contanto que excluíssem as tomadas que caracterizavam a nádega. Cortaram cinco [fotogramas] e ele saiu feliz da vida. Agora, para fazer uma descrição dessa, você precisa entender de montagem de filme. Você vê que não dá pulo na trilha musical. Porque, às vezes, está a música ali em cima, no fundo. A pessoa precisa entender de trilha sonora. [Portanto,] tínhamos [cursos] de cinema, de teatro [ministrado pelo] pessoal de teatro, atrizes, diretores. Mas [os professores] não vinham por conviência com a censura, não. Eles vinham com a esperança de uma censura mais arejada, mais bem preparada, maior conhecedora de teatro. Vinham com o intuito de obter censores mais preparados para o exercício<sup>28</sup>. [Neste sentido,] a Censura se consolidou como um órgão que zelava pelo bem-estar do menor, pela moral política e intelectual. Ela começa voltada para isso. A situação nova foi no Governo Militar, quiseram que ela voltasse às características que já tivera durante o governo Vargas, no Estado

Novo. Em síntese é isso. E a Censura funcionou até o advento da Nova República, quando os civis recuperaram o poder. Aí se extingue a censura à imprensa e o ministro [Lyra] veio com a ideia de extinguir a censura. Finalmente, saiu essa lei agora que extingue o cargo<sup>29</sup>.

Beatriz Kushnir: Mas os censores constituíram uma estratégia política para que continuassem vinculados ao DPE, fundando a ANACEN (Associação Nacional dos Censores Federais)?<sup>30</sup>

**Coriolano:** A ANACEN foi fundada quando saiu a lei, em 1988, consolidando os cargos<sup>31</sup>. O problema da ANACEN é com o futuro. Na realidade, nós somos funcionários, na qualidade de censores, policiais de nível superior, temos todos os direitos e benefícios de um delegado em final da carreira. É o topo da carreira na Polícia Federal. Eu me aposentei com todos os direitos e vantagens de um delegado em final de carreira. [Quanto à] ANACEN, [temos que compreendê-la quando] veio essa Lei 5.568/68, que consolidou a carreira de censor da Polícia Federal<sup>32</sup>. [Naquele momento,] nós fizemos a Associação para zelar pelos interesses da classe. Porque havia muita disputa interna. Os delegados rejeitavam os censores porque entendiam que a atividade dos censores era realmente atípica. Nós tínhamos os direitos e as vantagens dos policiais, mas exercíamos uma atividade [diferenciada do policial], o policial se expõe. O delegado vai prender bandido no morro, e o censor era um trabalho de gabinete, de assistir, de apreciação artística e intelectual. [Muitos censores não se consideram policiais]. Eu me considero, porque a lei diz que eu sou. Não adianta nada não se considerar. Nenhum [censor] diz isso porque, se ele não se considerar um policial, perde os direitos econômicos. A lei estendeu esses benefícios ao censor, porque a própria Lei declara que o censor é policial. Se você perder o *status* de policial, perde muitos direitos. Um técnico de censura aposentado, que chega ao grau máximo, se aposenta bem. Dá para viver bem decentemente em qualquer país do mundo. É uma boa aposentadoria<sup>33</sup>.

Beatriz Kushnir: Já que estamos falando de números, gostaria de ter uma noção de quantos censores existiram no período de 1961 até 1988.

**Coriolano:** Lá no clímax, tinha uns 250 censores no Brasil todo. Hoje [1998], tem uns 70 em atividade. Em Brasília, tinha concentrado uns 150, eu acho. O trabalho pesado mesmo era em Brasília, porque eles obrigavam as televisões, os produtores e importadores de filmes a trazerem esses produtos para serem examinados aqui. Havia um fluxo de filmes, [que obrigava o departamento de] Censura [a ter] ali embaixo, [no subsolo do prédio], uma cabine de 35 mm. Eram pelo menos quatro filmes [examinados] por dia. Além dessa sala de projeção grande, [por] Brasília [ser] uma cidade atípica, [Capital Federal], houve um tempo em que esses filmes chegavam aqui, [refiro-me] as grandes produções, e [o departamento de] Censura fazia a sessão de cinema para a elite brasileira. Eram disputadíssimos os convites do [departamento de] Censura. Era uma questão de *status*, vinha todo mundo ver, em primeiríssima pré-estreia.

Beatriz Kushnir: Gostaria que fizesse, se possível, uma avaliação dos censores enquanto agentes a serviço do governo.

**Coriolano:** O maior problema da Censura era exatamente esse: eles pegaram uma equipe, deram formação profissional, ensinaram técnica de cinema, técnica de televisão, de comunicação, de rádio. Depois colocavam o poder de decisão nas mãos de uma pessoa alheia a isso tudo. Pegava um coronel da cavalaria e botava como diretor da Censura. Ele decidia tudo, o que era saudável para o menor ou não. Aí está o desencontro da Censura. Podia até ser uma pessoa de nível intelectual, de escolaridade boa. [Por exemplo, teve] um general, ele era diretor-geral da Polícia Federal, Nilo Caneppe<sup>34</sup>, era um homem que recebeu embaixadas do Brasil no exterior como adido militar, era um homem considerado da elite intelectual do Exército<sup>35</sup>. Foi servir na Polícia Federal. [Pois, é] ele tinha uma fixação pelo pêlo pubiano. Se aparecesse era imoral, se não aparecesse não era. [Assim], se você fizesse uma cena de nu, todo mundo depilado, passava por ele. Agora, se aparecesse pêlo pubiano, pronto, é imoral. Eu acho, desculpe, mas a verdade é essa: nós éramos burros por tabela. É o que estava lhe dizendo. Tinha uma equipe lá dentro, que eles treinaram e investiram dinheiro. Trouxeram professor de cinema, professor de teatro, professor disso e daquilo. E a gente estudava aquilo com afinco, porque se não passasse não podia continuar na carreira. E, na hora de nomear o chefe, o diretor pegava uma pessoa qualquer lá fora, de outra área completamente diferente. Por exemplo, oficial da cavalaria, esse vai ser o diretor da Censura. Que experiência podia ter um militar com a censura?

Beatriz Kushnir: Nesta linha, poderia descrever o Rogério Nunes<sup>36</sup>?

**Coriolano:** Rogério Nunes foi considerado um dos bons chefes de Censura, o que mais demorou lá. Quando ele se aposentou, era o diretor da Censura. Depois foi ministro do Tribunal de Contas da Justiça Federal. Acho que ele morreu nesse cargo. Ele era advogado. Era um homem muito sereno, muito tranquilo. Não tinha esses arroubos de perseguição aos outros. Era um homem que sabia viver dentro daquele contexto. Por exemplo, chegava um filme problemático, ele botava em uma bandeja. Tinha bandeja para um mês, dois meses, três meses, até seis meses. Ele era ligado nas ondas, naquela tranquilidade dele, ele via as ondas, as tendências da Comunidade de Informação. Um diplomata muito sereno, muito tranquilo. Na verdade, a palavra-chave era essa, ele era um diplomata. Ele deixou o cargo, eu acho, porque o prolongamento em um cargo desses acaba cansando a pessoa, de ambas as partes. Há a necessidade de renovar. [Depois do período que fiquei em São Paulo, quando estive por três meses no Sigab], voltei para Brasília, porque o Rogério Nunes me convidou para assumir um posto de chefia. Falei para ele que voltaria sim, mas com a condição de ele conseguir apartamento funcional para mim. Ele conseguiu e em alguns meses eu voltei. Enquanto estive no Sigab, [os censores] recebiam normas, porque o Sigab não era previsto em lei. Foi criado

para atender a uma circunstância, a uma conjuntura. Trabalhei excepcionalmente aqueles três meses. Depois disso, finalmente, consegui voltar para fazer a censura só de diversões.

Beatriz Kushnir: De que nomes e trajetórias de censores o senhor se lembra?

**Coriolano:** No Rio, o Luís Carlos Giesta, meu amigo. Quando ele assumiu, eu sabia que ele tinha problema de atrito interno. Eu o convidei para chefiar o [Serviço de Censura no] Rio de Janeiro, durante a minha gestão. Então, tenho bom relacionamento com ele até hoje. Mas, não estou a par desse incidente [que teve com os censores]. Sei que houve um incidente lá, mas não sei detalhes. Tem o José Leite Ottati<sup>37</sup>, foi censor e depois se aposentou. Continuou prestando serviço à [TV] Globo. Foi o elemento de contato da Globo. Era censor de carreira e depois que se aposentou aceitou um emprego, uma verba da Globo, e passou a fazer contato com a Censura para benefício da Globo. Foi contratado da Globo durante muito tempo. José Augusto da Costa, Zé Augusto, é uma pessoa lendária no meio da censura. Esse eu conheço bem. Não tenho notícia dele. O Zé Augusto era bem falante, tinha uma conversa macia. Uma capacidade de envolver as pessoas. Era jornalista, mais um dos jornalistas. Ele foi funcionário da embaixada americana. Sabe-se que [para o] funcionário do governo brasileiro é proibido trabalhar para governo estrangeiro. Ele precisava de uma autorização especial do presidente da República. Nunca teve. E nessa de jornalista e bem falante, ele arrumava emprego a três por quatro, inclusive com coincidência de horário. Uma função que ele exerceu por muito tempo foi a de funcionário da embaixada americana e sem autorização do governo. Então, ele trabalhava para embaixada americana, para a Censura, para mais de um jornal. [Atuou no Sigab]. Ele era um homem de vida intensa. Eu achava muito engraçado, porque há pessoas que aparecem em um contexto meio duro e sabem se movimentar com um desembaraço impressionante. Um deles foi Zé Augusto, tirava vantagem de todo mundo.

Beatriz Kushnir: E a gestão do Romeu Tuma<sup>38</sup> na Polícia Federal, nesse final de Censura, como foi?

**Coriolano:** Não tenho um bom relacionamento com o Romeu Tuma. Não tenho muita simpatia pela administração dele. No meu caso, ele quis fazer comigo o que fizeram com o Romero Lago. Ele quis que eu sáisse desmoralizado, com escândalo. Acontece que eu não tinha o antecedente criminal do Romero Lago. Logo que assumi a Censura, um diretor da Censura em São Paulo, o Drauzio, me mandou uma relação de casas. Tinha surgido a epidemia do videopôquer em São Paulo e, como não tinha regulamento nenhum, o menor frequentava aquilo. É um verdadeiro caça-níquel, é como nas antessalas dos cassinos. Não conhecia na época, fui conhecer na Europa – Cassino de Mônaco. Nas antessalas dos cassinos têm aquelas máquinas caça-níquel. E esse videopôquer, em resumo, era um caça-níquel, e as crianças estavam tendo acesso a ele. Muita reclamação de mãe de família, principalmente, porque surgiu primeiro no Rio e em São Paulo, antes de se alastrar pelo país todo. Aí me mandou

um relatório dizendo das reclamações das mães de família por essa praga do videopôquer. Tinha filho que roubava dinheiro até dos pais para jogar naquilo, estava viciado. Então, como o nosso órgão estava ligado à censura de diversões públicas – e videopôquer é Diversões Públicas –, baixei uma portaria dizendo que os lugares em que havia videopôquer instalado o menor não poderia frequentar. A minha portaria é isso, se você ler, é isso, qualquer um que sabe ler, é isso. Aí, o Romeu Tuma subiu, tem o antecedente de homem que serviu à Ditadura Militar, à Comunidade de Informação. Ele subiu com essa animosidade, acho até que, nos bastidores, ele assumiu um compromisso de me derrubar. Porque é aquilo que eu lhe disse: fui nomeado à revelia da direção da Polícia Federal. Fui apartado pelo ministro e levado para lá. Bom, então o Romeu Tuma criou uma nuvem esparsa em volta do meu nome, criou um escândalo inventado para me tirar. Porque eles queriam colocar outro para recrudescer a censura e retornar [o gabinete da] Censura para [o prédio da] Polícia Federal. [Mas] a direção, no nível de ministro, naquela época, era no sentido contrário, no sentido de extinguir. Houve um momento em que a tendência era um recrudescimento, porque o Fernando Lyra saiu, e ele era o homem que havia abraçado essa bandeira.

Beatriz Kushnir: E sobre os censores/jornalistas, o que o senhor tem a dizer?

**Coriolano:** Não pode o jornalista agora querer vender uma imagem de vestal. Porque, eles propiciaram que a censura fosse implantada, inclusive aceitando a remuneração econômica do cargo. Se para eles era desonroso, não podiam ter aceitado, certo? Eles propiciaram a implantação da censura, [pelo] salário, e de repente começa a aparecer aí como vestal, como gente especial. Censor não tem nada de especial, foram todos arregimentados segundo a disponibilidade local. Você precisava de pessoas de certo nível, que soubessem se expressar, pelo menos em termos de uma boa redação, para poder explicar as situações de enredo, de contexto. Os primeiros foram arregimentados dentro desses critérios, de saber se expressar, de saber escrever. E onde eles foram encontrar isso? No meio jornalístico, principalmente, não é? Eu, porque era professor de inglês, e por coincidência meu pai era amigo do juiz de Menores. A realidade é essa. Então, comecei uma carreira para a qual não tinha me preparado. Mas, foi simplesmente uma oportunidade de emprego. A maioria das pessoas que ingressaram na carreira foi assim. Depois, começou a sair anúncio nacional, aquela coisa de concurso. Dizia das vantagens de salário, e que havia outras vantagens, e começaram a aparecer candidatos. Eu peguei isso não foi para espionar, não. Foi só para me arrumar.

Beatriz Kushnir: Destrince o Conselho Superior de Censura.

**Coriolano:** Instalou-se no Ministério da Justiça e ficou como um órgão [de recurso. Uma obra] mutilada na Censura em primeira instância, entrava com recurso no Conselho Superior de Censura. E eles faziam as revisões e podiam revogar as decisões da Censura. Então, ficou sendo mais um órgão para a pessoa ir e chorar as lágrimas e negociar, no sentido

britânico da palavra, em que o índio negociava com o branco, troca concessões. Por exemplo, eu deixo essa cena no seu filme se você concordar em tirar aquela outra, e adia a deliberação. Iam discutir nesse nível com o Conselho Superior de Censura. Então, muitas decisões em primeira instância, que também estavam sobre a pressão de militar, que era dirigente lá, foi superada nesse órgão superior de Censura. E o ministro [dava] a última palavra. Em resumo, muita coisa que era interdita em primeira instância, por pressão de outros órgãos alheios, acabava sendo reformada lá em cima. Eu me lembro de *Terra em transe*, por exemplo, era um general o nosso chefe imediato. Na primeira turma de censores que foram examinar fui eu, Zé Vieira Madeira e mais outro censor, e nós assistimos ao filme. Terminado o filme, nós discutimos e resolvemos liberar. Eu me lembro que era o *Terra em Transe*, e aí nós três fomos interpelados por este general e mandaram me chamar ao seu gabinete. Ele nos disse assim, entre outras coisas ofensivas: “Olha, o fato de vocês liberarem esse filme eu só vejo de uma ótica, isso é um ato de covardia ou de corrupção”. Não obstante o nosso parecer favorável à liberação, ele internamente botou outras pessoas para verem o filme e proporem a interdição e interdito o filme. E o filme foi levado à instância superior, ao Conselho Superior de Censura, que manteve a interdição dele e finalmente o ministro liberou o filme.

Beatriz Kushnir: Não tocamos ainda na censura aos livros.

**Coriolano:** Na realidade, não sei dizer, porque nunca trabalhei nisso. Nunca vi como funcionava isso. Realmente ignoro. O que sei é que muita coisa acontecia, e a Censura levava a pecha, porque tinha costas largas para segurar. Porque outros órgãos de fora da Informação, que efetivamente exerciam a censura, jogavam a carga na Censura. Divulgava que a Censura proibiu, mas os censores mesmo não tinham a mínima noção do que estava se passando nessa área de Segurança, de Informação do governo. Então, realmente essa questão da censura a livros eu não sei. Sei que, de vez em quando, chegavam uns livros, umas ordens do SNI, da Comunidade de Informação, para a Polícia Federal fazer um recolhimento de livros nas editoras. Na realidade existiam outros órgãos lá fora que exerciam a Censura... Eram todos de uma linha só. Então, é isso minha jovem. [Agora estou na] Igreja Assembleia de Deus. Desde os 57 anos, um pouco mais de quatro anos. [Hoje] tenho 61. Sou pastor. É a maior igreja evangélica do país, Assembleia de Deus. Agora é que está surgindo esse outro movimento da chamada Universal. Está crescendo muito, mas a Assembleia de Deus ainda é a maior do país.



Para concluir, gostaria apenas de sublinhar uma imensa alegria que me trouxe esta volta ao meu próprio passado. Isto porque, no intuito de preencher lacunas e ampliar a reflexão, fiz questão de elaborar longas notas explicativas. Foi uma agradável surpresa constatar que

existem inúmeros trabalhos, posteriores ao meu, que tocam na questão da censura e que utilizam as mesmas fontes por mim apontadas e dissecadas e, ainda, que o levantamento feito por mim, e que posteriormente ordenei, embasou essas pesquisas. Alegro-me, sobretudo, o fato de que o estudo que desenvolvi teve desdobramentos, enriquecendo a historiografia sobre o assunto. Tratando-se de trabalhos de cunho acadêmico, gostaria apenas que não se esquecessem do apud. *Apud* é uma palavra latina que significa **junto a, perto de, em**. Utilizamo-la para que nossos leitores saibam que essa referência nos chegou de forma indireta e é uma forma de lealdade para com a obra e seu autor.

## Notas

1 - Realizei meu doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Trabalho, na Unicamp, entre 1996 e 2001. A tese foi publicada com o título *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988* (São Paulo, Boitempo, 2004. Com uma 2ª. edição em 2012). Para mais, consultar também: <http://caesdeguarda-jornalistasecensores.blogspot.com.br/>

2 - Coriolano Fagundes não foi o único censor, que na ativa, escreveu sobre o ofício. A necessidade de descrever e instruir sobre como censurar, arrolando as “normas de agir”, induziu outros censores a comporem e publicarem trabalhos tentando decifrar os meandros desta ação. Um livro de pouca relevância, a empreitada de Selma Chaves e Mariotavia Cunha (*Censura: sim ou não*. Rio de Janeiro, s. n., s. d.) expressa os vínculos construídos durante a carreira de Selma Chaves. Censora da geração do início dos anos 1960, dirigiu o Serviço de Censura, no Rio de Janeiro, quando Solange Hernandez era a diretora do DCDP. Produzida como uma tese em Sociologia, a reflexão de Sheila Feres (*A censura, o censurável, o censurado*. São Paulo, tese de doutorado em sociologia, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1980), censora em São Paulo, rendeu um grande debate, pois veio a público durante um simpósio sobre censura, dentro das discussões pós-Anistia. E por fim, o trabalho de Carlos Rodrigues, Vicente Alencar Monteiro e Wilson Q. Garcia (*Censura Federal – leis, decretos-lei, decretos e regulamentos*. Brasília, C.R. Editora, 1971). Tido como a “bíblia” dos censores, os três autores eram censores e jornalistas. Essa compilação de legislação, realizada para ordenar um serviço, embasava os pareceres. Vale destacar que tanto Coriolano Fagundes, em Brasília, como Selma Chaves, no Rio, e Sheila Feres, no interior do estado de São Paulo, receberam-me e concederam-me depoimentos. As duas censoras, entretanto, solicitaram-me o uso de pseudônimos, prática também demandada por Wilson de Queiroz Garcia – o único dos três autores da “bíblia” ainda vivo por ocasião da elaboração dessa pesquisa.

3 - O maranhense José Sarney tomou posse interinamente e, com a morte de Tancredo Neves, tornou-se o novo presidente. O ministério empossado foi o escolhido pelo presidente morto, e o ministro da Justiça era o advogado e deputado federal pernambucano Fernando Lyra (PMDB-PE).

4 - “[...] Imbuído do espírito de transformação, o ministro Lyra sentenciou o fim da censura e pôs à frente da Divisão de Censura de Diversão Pública (DCDP) um censor de primeira hora, pertencente ao grupo que chegou a Brasília por ocasião da fundação da cidade e que ainda estava na ativa. Coriolano de Loyola Cabral Fagundes, no cargo desde 1961, substituiu a irascível Solange Hernandez, conhecida como Solange *Tesourinha*. O intuito de Lyra, ao nomear Coriolano Fagundes, era desmembrar aquela estrutura e extinguir a Divisão” (Beatriz Kushnir. *Cães de guarda: jornalistas e censores*. 2ª ed., São Paulo, Boitempo, 2012, p.79).

5 - O jornalista e ex-chefe da Censura em São Paulo, José Vieira Madeira, foi convidado pelo ministro da Justiça do governo do general João Batista Figueiredo, Petrônio Portella, para ser chefe do DCDP.

6 - “O coronel Moacyr Coelho foi o diretor-geral do DPF por longos 11 anos. Assumiu no governo Geisel e lá permaneceu até o fim do governo Figueiredo. Nomeou para diretor do DCDP, primeiro, Rogério Nunes e, depois, José Vieira Madeira, ambos jornalistas e censores de carreira. Cada um ficou no cargo o tempo de um mandato de presidente da República. Madeira havia dirigido a censura em São Paulo e foi substituído pela mais famosa censora, Solange Hernandez. Nos tempos da Nova República, foi Coriolano de Loyola Cabral Fagundes que substituiu *Tesourinha* e tornou-se o penúltimo diretor do DCDP” (Kushnir, 2012, p. 181).

7 - “Solange Hernandez, a Solange *Tesourinha*, era a legítima representante da ‘linha dura’ da censura. Sintonizada com as reflexões do Armando Falcão [ministro da Justiça do governo Geisel], enquanto foi a ‘dona da tesoura’, desaprovou, segundo os registros do DCDP, 2.517 letras de música, 173 filmes inteiros, 42 peças de teatro e 87 capítulos de novelas. Para visualizar a radicalidade da censora [naquele instante], o cineasta Neville d’Almeida lembrou-se de sua negociação com Solange Hernandez para a liberação do filme *Rio Babilônia*. Sempre muito

simpática, intransigente e firme nas suas posições, sentenciou que ‘(...) o povo não está preparado para isso. (...) O problema do seu filme não são os detalhes, mas a essência’” (Kushnir, 2012, p. 152).

8 - “[...] o ministro [da Justiça] Gama e Silva (...) editou, em 1968, uma lei censória, a de nº 5.536. O seu instrumento mais ‘ousado’, a criação do Conselho Superior de Censura (CSC), entretanto, levou onze anos para sair do papel” (Kushnir, 2012, p. 26). Extinto em 30 de setembro de 1988, por meio de decreto, o CSC foi transfigurado a partir dali em Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão, também vinculado ao Ministério da Justiça. Este deveria elaborar uma jurisprudência de critérios e normas para uma Censura indicativa e classificatória da programação. Caberia ao órgão apontar o melhor horário de apresentação e a faixa etária apropriada para assistir ao programa e nada mais. “[...] Talvez o principal artigo da 5.536/68 seja o de número 15, que criou o Conselho Superior de Censura [CSC], órgão diretamente subordinado ao Ministério da Justiça. Essa norma e, principalmente, o dispositivo do CSC deram a esse recurso jurídico um caráter liberal e progressista, sublinhado pelo senador Pompeu de Souza [PMDB-CE], mas que nunca foi utilizado na sua plenitude máxima. A dubiedade da proposta de criar o CSC no momento vivido poderia confundir, mas é facilmente explicável, pois, como ironizava Millôr Fernandes, “se é de censura, não pode ser superior” (Kushnir, 2012, p. 95).

9 - Ricardo Cravo Albim, membro do CSC, publicou uma narrativa da sua trajetória neste órgão (ALBIM, Ricardo Cravo. *Driblando a censura*. Rio de Janeiro, Gryphus, 2002), na qual comenta que aceitou o convite para compor o Conselho Superior de Censura a convite de Bonifácio de Oliveira, então diretor de programação da Rede Globo, e para substituir Otto Lara Resende, o primeiro a ser indicado, mas que recusara alegando problemas de saúde.

10 - Para que se compreenda um pouco dos embates acerca do fim ou não da Censura de Estado na época, é importante observar que “[...] o grande desafio foi como se desfazer dessa enraizada estrutura. Nessa perspectiva, a década de 1980 foi palco de inúmeras tentativas de dar uma solução à questão. Para cumprir tal tarefa, houve atos públicos demarcando o seu fim. Por exemplo, o teatro Casa Grande, no Rio, e a cerimônia do seu fim conduzida pelo ministro Fernando Lyra. Mas o retorno dessa *fênix* trazia sempre a desesperança e o receio da volta dessa prática. Os censores, entretanto, não esperaram que alguém definisse o seu término. Antes que o ‘enfim, acabou’ fosse decretado e que, como uma corporação, perdessem alguma vantagem funcional, resolveram agir. O objetivo desse grupo era manter o DCDP subordinado ao DPF contra a vontade do penúltimo chefe da Censura, Coriolano Fagundes. Ou, caso o órgão controlador da Censura deixasse de existir, que eles permanecessem funcionários do DPF. Os censores temiam perder vantagens financeiras e funcionais que a função de policial federal lhes garantia. Em uma reportagem do *Jornal do Brasil*, de 16/1/1987, intitulada “Censura organiza seu ‘lobby’”, compreende-se o porquê de ‘todo esse amor’ pela carreira policial”. [Tratava-se de questões salariais]. “Dois dias depois, o mesmo jornal carioca noticiava a possível exoneração de Coriolano Fagundes. Era uma clara vitória da “linha dura” da Censura, que queria manter-se no DPF. Com esse ato, os censores ganhavam o apoio do diretor-geral da PF, Romeu Tuma, e do ministro da Justiça, Paulo Brossard” (Kushnir, 2012, pp. 159-160).

11 - “[...] A pasta da Justiça no governo Sarney teve, portanto, três titulares, e o segundo foi o jurista Paulo Brossard. Militante do MDB, deputado federal e senador pelo Rio Grande do Sul, foi líder do PMDB no Senado no início da década de 1980. Ficando quase três anos no governo, de fevereiro de 1986 a janeiro de 1989, não demonstrou ter o mesmo afinco em pôr fim à Censura como demonstrou o seu antecessor” (Kushnir, 2012, p. 141).

12 - “Se, em julho de 1985, o ministro da Justiça, Fernando Lyra, jurou solenemente que a ‘Censura está extinta’, seis meses depois o país descobriu o engano do ministro. Nos primeiros dias de fevereiro de 1986, a portas fechadas no Palácio do Planalto, o presidente José Sarney ordenou que se proibisse *Je vous salue, Marie*, de Jean-Luc Godard – que, no imaginário, ficou como o último ato de censura (Kushnir, 2012, p. 132).

13 - “[...] Entre o ato público no Teatro Casa Grande, em julho de 1985, promovido pelo ministro Lyra e por intelectuais para decretar o fim da censura e o primeiro choque da realidade, foram apenas dezesseis dias de ilusória mudança. Uma nota da coluna *Radar*, da revista *Veja*, noticiou que ‘(...) o governo terá de descascar o abacaxi representado pelo filme *Je vous salue, Marie*, de Jean-Luc Godard, no qual a Virgem Maria é uma jogadora de basquete que fala palavrões e aparece nua em diversas cenas. Exibido na Europa no início do ano e condenado pelo papa João Paulo II, o filme fez um enorme sucesso de público. No Brasil, a Igreja Católica e o governo tentaram evitar que *Je vous salue, Marie* fosse importado, mas o filme já havia chegado ao país e começara a ser legendado. Se o governo for sensível aos argumentos da Igreja, que considera o filme um tentado à imagem de Nossa Senhora, e proibi-lo, o ministro Fernando Lyra será obrigado a desdizer sua famosa frase ‘Adeus, censura’” (Kushnir, 2012, p. 121).

14 - A revista *IstoÉ*, em 24/8/1996, publicou uma matéria intitulada “O último censor”, quando na verdade Coriolano Fagundes foi o penúltimo. “(...) Considerado de postura liberal no governo Sarney, hoje ele mudou completamente a sua visão. ‘Tenho uma nova ordem de valores’, relata Fagundes, que há um ano virou pastor da Igreja Assembleia de Deus. Não assiste [a] televisão, que considera ‘obra do maligno’ e deixou de frequentar cinemas. Não vê nem mesmo os telejornais. ‘As cenas picantes nos intervalos deterioram a programação’, critica. ‘Na época assinei o ato interdatório [do filme *Je vous salue, Marie*] contra a minha vontade. Hoje o faria com a

maior tranquilidade”, diz o ex-censor, que anda de *Bíblia* na mão. Na sua opinião, nem o departamento de censura nem a Justiça podem dar jeito na bagunça. ‘Não bastam soluções humanas, que são todas paliativas’, discursa o pastor. ‘Para barrar a caminhada perversa da humanidade, só resta Jesus Cristo’” (Kushnir, 2012, p. 198).

15 - “[...] As intervenções do governo no controle das informações a serem divulgadas na grande imprensa deram-se segundo duas estratégias: ou se tinha um censor na redação, diariamente, ou se aceitavam (...) informes [diários e por telefone, notificando o que não se podia publicar. Por esta estratégia,] se realizava a autocensura. O Serviço de Censura também se dividiu em dois para atender a essas demandas. Toda a Censura à imprensa era feita por censores do DCDP alocados no Sigab [que se comunicavam com as redações demarcando as proibições]. (...) No Rio de Janeiro, ocupou o quinto andar da rua Senador Dantas, número 61”. (...) “Em São Paulo, o Sigab foi dirigido por Richard Bloch, um empresário aposentado e sem vínculos com o DPF, tendo como assessora direta Solange Hernandez, advogada e historiadora formada pela USP, que auxiliava no preenchimento dos pareceres respeitando decretos e leis. Nesse período, Solange *Tesourinha* era apenas uma voz, seu nome (...) é muito temido nas emissoras de TV de São Paulo. Essa senhora, cujo rosto e qualificação são desconhecidos, é quem telefona da Polícia Federal para as redações, determinando as notícias que não podem ser divulgadas” (Kushnir, 2012, pp.186 e 193).

16 - Relativizando esta pouca atuação na censura à imprensa, que Coriolano Fagundes sublinhou, vale destacar que “(...) a ação censória esteve no *Estadão* por mais de seis anos e, no discurso dos donos do jornal, as estratégias de preencher o espaço reprovado não com outras matérias, mas com os poemas e as receitas, eram tentativas de denunciar ao público leitor que o periódico estava sob censura prévia. [Já que era proibido deixar os espaços em branco].” Por ocasião dos trinta anos do AI-5, em 1998, muitos jornais realizaram séries de reportagens sobre a decretação do Ato Institucional e suas consequências. No *Estadão*, não foi diferente. Para ilustrar seus atos no período, relatou que, em “(...) 1973, estampou [no *Jornal da Tarde*] uma página inteira de Receitas do Alfredo’s. O censor não percebeu que se tratava de uma ironia com o objeto da notícia que deveria ter saído naquele espaço [e que se fazia assim, uma “homenagem” ao] ministro da Justiça, Alfredo Buzaid”. Delimitando o alcance dessa estratégia, Oliveiros S. Ferreira [que foi de 1967 a 1978, secretário de Redação do jornal] lembrou que era frequente os leitores ligarem para o jornal queixando-se de que as receitas culinárias, publicadas muitas vezes na primeira página, não davam certo... Para o censor Coriolano Loyola Cabral Fagundes, que atuou no *Estadão* à época, a tática de utilizar as receitas e os poemas era, na visão da Censura, uma permissão ao jornal.” (Kushnir, 2012, p. 35).

17 - Nos primeiros dias de março de 1974, em um dos últimos atos do presidente Médici, Lepiani, que nunca chegou a general, foi empossado como superintendente da Delegacia Regional da Polícia Federal, em São Paulo, tendo como superior direto o general Antônio Bandeira. O coronel Antônio Lepiani foi o comandante do 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna, em Osasco, a partir de 1967. Em janeiro de 1969, um comandante de Lepiani – o capitão Carlos Lamarca – desertou dessa unidade militar, levando armas e optando pela luta armada de esquerda para combater o regime autoritário vigente.

18 - Neste momento da transferência de Coriolano Fagundes de Brasília para São Paulo, o comando do Departamento de Polícia Federal (DPF) estava a cargo do general Antônio Bandeira, empossado em 29/5/1973. Antônio Bandeira foi anteriormente, general de brigada do Exército e comandante do 3º BI/Distrito Federal, entre 1971 e 1973. Como comandante do Batalhão de Infantaria, era o responsável pela repressão e tortura aos militantes das esquerdas armadas. Em parceria com o general Hugo de Abreu, comandante do cerco à guerrilha do Araguaia entre abril de 1972 e 1974. Com a posse do general Antônio Bandeira na direção do DPF, há uma clara demonstração do endurecimento das visões censórias. Em menos de um mês no cargo, ordenou a apreensão de dez filmes liberados pela gestão anterior e determinou que a transmissão dos informes às redações – os *bilhetinhos* – receberia um tratamento policial e controlado, com data e horário determinados, instalando o terror também entre os seus funcionários. O medo de que Brasília – personificado na figura de Bandeira – não gostasse de qualquer liberação assustava os censores.

19 - “Na trajetória de Queiroz Garcia, é forçoso perceber que esse censor/jornalista assumiu um papel de destaque na burocracia censória. Dirigiu o Serviço de Censura no Rio de Janeiro de 1974 a 1977, como também, e concomitante, o órgão, no âmbito estadual, que realizou a censura à imprensa – o Sigab. (...) Na multiplicidade de suas atividades, Queiroz Garcia compunha uma engrenagem que explica por que a Censura podia contar com um número reduzido de censores. Semelhante às diretrizes da autocensura que a grande imprensa instituiu para si, algumas empresas de comunicação foram além. Montaram para si um aparato paralelo que lhes garantisse não ter problemas com o governo nessa seara. Localizei essa estrutura em duas organizações: na Rede Globo e na Editora Abril. (...) A relação entre o Serviço de Censura e a Globo foi montada seguindo a perspectiva de que um censor aposentado saberia como limitar a programação às regras impostas. José Leite Ottati foi o chefe do serviço em 1967 e se aposentou no início dos anos 1970. Convidado por Walter Clark, permaneceu na Globo até falecer, em fevereiro de 1987. Foi substituído pelo jornalista e censor aposentado Wilson Queiroz Garcia, que, ao deixar o cargo na TV, no início dos anos 1990, alocou nele a ex-censora Maria Helena da Costa Reis. Essa engrenagem só se desfez no final da década de 1990, fruto das alterações de cúpula que a Rede Globo implementou. Certamente também porque era patente que o momento era outro” (Kushnir, 2012, pp. 187 e 190).

20 - Sobre o tema, ver: Kushnir, Beatriz. *“De Ordem Superior... Os bilhetinhos da Censura e os rostos das vozes”*. In: Gomes, Angela Maria de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Fundação Getúlio Vargas, 2004.

21 - “(...) em uma correspondência de Waldemar de Souza, funcionário da Abril e conhecido como ‘professor’, a Edgardo de Silvio Faria – advogado do grupo e genro do sócio minoritário Gordino Rossi [datada] de 31/7/1975 e intitulada “Instruções para censura prévia da revista *Homem*”, Waldemar informa a Edgardo que as normas eram as seguintes: seios, apenas mostrar um; genitálias, nem a sombra; nádegas, só se diluída com recursos técnicos; palavrão, segundo o Ministério da Justiça, só se estiver apropriado ao contexto. No mesmo documento, Waldemar de Souza adverte sobre o fato de que estabeleceu contato tanto com o chefe do Serviço de Censura em São Paulo – o censor de carreira e jornalista José Vieira Madeira – como com o diretor do DCDP – Rogério Nunes – para facilitar a aprovação da revista e sua ida para as bancas sem cortes. (...) Esses vínculos do ‘professor’ Waldemar de Souza com membros do governo, entretanto, são anteriores a esse período e justificam seu potencial de negociação. Para compreender essa *afinidade*, em novembro de 1971, o relações-públicas do DPF, João Madeira – irmão de José Vieira Madeira –, expediu uma carta ao diretor-geral da Editora Abril. Nela ratificava o convite do general Nilo Canepa, na época diretor do DPF, a Waldemar de Souza, diretor responsável daquela empresa, para que fosse a Brasília ministrar um curso especial aos censores. Em maio de 1972, o próprio general Canepa enviou a Vitor Civita, diretor-geral da Abril, uma correspondência de agradecimento pelas palestras sobre censura de filmes, de Waldemar de Souza na ANP [Academia Nacional de Polícia]. Para continuar colaborando, no ano seguinte, Souza formulou uma brochura intitulada ‘Segurança Nacional: o que os cineastas franceses esquerdistas já realizaram em países da América do Sul e pretendem repetir aqui no Brasil’. E, em 1974, com o general Antônio Bandeira no comando do DPF, Waldemar de Souza, em caráter confidencial, expôs o porquê de censurar *Kung Fu* e sua mensagem que “infiltra a revolta na juventude” (Kushnir, 2012, pp.190-191).

22 - “Em junho de 1967, a revista *Realidade* publicou uma longa reportagem sobre a estrutura da Censura. Vasculhou o quarto andar do prédio onde o DPF estava alocado em Brasília e encontrou os 16 homens do serviço – dirigidos por Romero Lago (...) [que], na verdade, chamava-se Hermelindo Ramirez Godoy. Nascido no Rio Grande do Sul em 1920, foi preso em 1944 como mandante de um homicídio. Fugiu e registrou-se com uma nova identidade, vindo para o Rio de Janeiro e indo trabalhar no Palácio do Catete. Amigo do general Riograndino Kruel, diretor do DPF no governo Castelo Branco, Romero Lago foi nomeado para um cargo de enorme poder e prestígio na época: a chefia do Serviço de Censura” (Kushnir, 2012, pp.177-178).

23 - “[Petrônio] Portella ocupou o cargo de ministro [da Justiça] por pouco mais de um ano, [de 15/3/1979 a 7/1/1980, tendo como antecessor Armando Falcão e sucessor Golbery do Couto e Silva]. Com o seu prematuro falecimento, [o censor José Vieira] Madeira, tido como um censor liberal deixou a direção geral do DCDP. Quem assumiu, em uma cerimônia secreta, foi uma censora de carreira, historiadora formada pela USP e braço direito da censura política (o Sigab) em São Paulo, Solange Hernandez, conhecida como Solange *Tesourinha*. Em tempos de Anistia, sua posse foi considerada um retrocesso. Sua gestão marcou uma centralização das atividades censórias, cobrada em relatórios periódicos de seus subordinados. O escândalo mais famoso desse momento foi o processo de censura do filme *Pra Frente, Brasil*, de Roberto Farias. Aprovado pelos censores, foi vetado pela diretora da Censura. Entre idas e vindas, recursos ao CSC e pareceres de censores sendo retirados do processo, o filme, depois da Copa do Mundo de 1982, chegou às salas de cinema de todo o país. (...) O filme, analisado por três censores, como de praxe, sendo um deles Coriolano Fagundes, foi liberado. A narrativa visitaria pela primeira vez os duros momentos de luta armada do início da década de 1970 no Brasil, com direito também a cenas de tortura explícita. (...) A disputa ali se deu entre as duas alas de censores, os mais liberais, ligados a Coriolano Fagundes; e os mais radicais, ligados à diretora da Censura. Em agosto de 1982, Solange declarou à imprensa que havia retirado os pareceres de dentro do processo e justificou sua atitude afirmando preocupar-se com a saúde mental da população” (Kushnir, 2012, pp. 128 e 205).

24 - Há um equívoco de data do fim da ditadura Vargas, pelo entrevistado. Expõe, contudo, um sentido de permanência entre os períodos, importante de se ressaltar. Além disso, nas reflexões que pautam a minha análise da legislação censória, tomei por base o tripé legislativo, elaborado pelo jornalista Pompeu de Souza – primeiro presidente do CSC – no início da década de 1980. Ao longo do segundo capítulo do livro *Cães de guarda* busco destrinçar e relacionar os três principais vetores legislativos: o Decreto 20.493/46, a Lei 5.536/68 e o Decreto-Lei 1.077/70, buscando assim, delimitar os limites do que nos era permitido saber.

25 - “(...) As propostas contidas nessa lei apontavam para um quadro liberal que, infelizmente, não se desenhava. Estabelecia um fórum intermediário entre a decisão da DCDP, apoiada pelo DPF, e o ministro da Justiça. Essa arena teria ainda uma maioria composta fora dos quadros do governo. Então, em tese, era perfeita. Alguns dias depois, foi decretado o AI-5, e o endurecimento tanto das políticas de Estado como das normas de censura se tornaria claramente visível. (...) Nessa direção, o artigo 3º da [lei] 5.536/68, ao sentenciar que nenhuma manifestação poderia ser contrária às questões de política e segurança da nação, como também aos elementos de moral e bons costumes, expõe que a censura, nesse momento, era percebida *sempre* como um ato político, e não restrito apenas ao universo das diversões públicas. Tudo – do livro ao filme, do jornal à música, do teatro ao carnaval – era objeto de censura: avaliação, aprovação ou proibição. (...) Para aumentar essa pequena estrutura, foi em 1974, seis anos depois da legislação censória de Gama e Silva, materializada na

Lei nº 5.536/68, que aconteceu o primeiro concurso para técnico de censura, cargo cunhado por aquela lei. (...) Interessante é perceber que isso aconteceu no governo Geisel, que pregava a abertura política e o fim da censura” (Kushnir, 2012, pp. 95, 97, 118 e 176).

26 - Op. Cit nota 2.

27 - “Esses concursos, segundo os dados da [Academia Nacional de Polícia] ANP, ocorreram nos anos de 1974, 1975, 1977, 1979, 1980 e 1985 – este último em plena Nova República – e ofereceram aos quadros do DCDP um total de trezentos censores em todo o país, todos funcionários concursados, policiais federais vinculados ao DPF e subordinados ao Ministério da Justiça, que deveriam cumprir nove requisitos para ser censor: ser brasileiro; ter 18 anos completos; estar quite com as obrigações militares; estar em gozo dos direitos políticos; ter procedimento irrepreensível; apresentar diploma de conclusão de curso superior nas áreas de Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia; passar no concurso; ser aprovado no teste psicotécnico e no exame médico” (Kushnir, 2012, p. 176).

28 - Segundo os dados da ANP, em Brasília, onde 17 tomos do Departamento de Ensino registram esses quase 20 anos de atividades, compreendemos que, “(...) preocupado com o bom desempenho dos censores, o general [Bretas] Cupertino [diretor do DPF] enfatizava que todos eram reciclados periodicamente em cursos de aperfeiçoamento e especialização na Academia Nacional de Polícia (ANP). Essa prática foi instaurada pelo então chefe do SCDP, Antônio Romero Lago, segundo as normas das portarias nº 123, de 10/10/1966, e nº 134, de 24/11/1966, e existiu por quase 20 anos, sendo executados também pelos últimos técnicos de censura concursados, já na Nova República. Na estrutura acadêmica instalada nesses cursos, para formar e atualizar os censores, o primeiro, de 1966, foi composto dos seguintes professores: o coronel Oswaldo Ferraro de Carvalho ministrou técnica de censura; o censor Coriolano Fagundes, direito aplicado; e a atriz Sylvia Orthof, teatro. Em 1976, a professora de técnica e censura de teatro foi Maria Clara Machado e, no ano seguinte, professores da Universidade de Brasília ministraram também disciplinas para os censores. O exercício de ter docentes vindos de órgãos de Inteligência do Exército, representantes da Censura e membros das universidades e das artes foi uma prática constante. Para se prepararem melhor, como ‘mestres do ato censório’, os censores Coriolano Fagundes e José Vieira Madeira, também jornalista, cursaram, em 1967, com o professor Eideimar Massoti, na Universidade Católica de Minas Gerais, a cadeira de Censura Cinematográfica. A cátedra de legislação especializada era de especial atenção. Em 1971, o censor Rogério Nunes proferiu esse curso, oferecido antes tanto por Coriolano Fagundes como pelo chefe do Sigab, Hélio R. Damaso” (Kushnir, 2012, p. 178).

29 - Coriolano Fagundes se refere à Lei 9.688, de 6/7/1998, que dispõe sobre a extinção dos cargos de Censor Federal e sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes.

30 - Após a promulgação da Constituição de 1988 e a extinção da Censura de Estado, o lugar dos censores no DPF torna-se uma questão. No início de 1987, é publicado o Decreto-Lei 2.320, que dispõe sobre o ingresso nas categorias funcionais da Carreira de Policial Federal e as formas de progressão daquele momento em diante. Mas, em 1998, é decretada a Lei 9.688, que dispõe sobre a extinção dos cargos de Censor Federal.

31 - Coriolano Fagundes se refere ao Decreto-Lei 2.418, de 8/3/1988, que altera o Decreto-Lei nº 2.320, de 26/1/1987, que “dispõe sobre o ingresso nas categorias funcionais da Carreira de Polícia Federal”.

32 - Creio que Coriolano Fagundes se confundiu nesse momento. Não que não possa ter existido uma associação de censores no fim dos anos 1960, apenas nada encontrei sobre isso. Mas “buscando garantir, pela lei e pelo lobby político, sua manutenção dentro do *máscara negra*, o prédio sede do DPF, o último diretor da DCDP, o censor de carreira Eustáquio Mesquita, declarava que ‘ser censor nos realiza’. E, para permanecer nesse lugar, em 17/9/1986, fundaram a Associação Nacional dos Censores Federais (Anacen). O discurso que justificava a criação da entidade calcava-se no sentimento de desproteção e na percepção de estarem à margem da burocracia do Estado. Competia à Anacen, segundo o seu estatuto, “representar seus associados, em juízo ou fora dele, para a defesa dos direitos e interesses gerais da classe, quer sejam eles coletivos ou individuais”. Nesse sentido, a Associação também era uma resposta às novas diretrizes e pessoas que comandavam o Serviço de Censura a partir da Nova República.” Em janeiro de 1987, dos 220 censores na ativa, 160 já eram membros da instituição. (Kushnir, 2012, p. 152).

33 - “Em uma reportagem do *Jornal do Brasil*, de 16/1/1987, intitulada ‘Censura organiza seu lobby’, compreende-se o porquê de ‘todo esse amor’ pela carreira policial. ‘O censor federal não é apenas funcionário público. Como policial federal, ele possui um *status* comparável aos funcionários da Receita Federal e do Corpo Diplomático, e a perda de gratificações pela função policial poderia reduzir à metade os seus salários: Cz\$ 18 mil em média podendo chegar até Cz\$ 40 mil’. Em janeiro de 1987, o salário mínimo valia Cz\$ 964,80 (novecentos e sessenta e quatro cruzados e oitenta centavos). Os censores, portanto, recebiam de 18,65 a 41,45 salários mínimos. [Por Lei], ninguém pode ganhar mais que o presidente da República, que [recebia em outubro de 2001] um pouco mais R\$ 12 mil (doze mil reais). Alguns censores que entrevistei esbravejaram. Poderiam ter salários (na ativa ou aposentados) de até R\$ 20 mil (vinte mil reais), cerca de 111 vezes o salário mínimo, que, [naquele período], era de R\$ 180,00. Mas tinham de se contentar com o teto máximo permitido” (Kushnir, 2012, pp. 151-152).

34 - Na matéria “Saiu o 2º listão: 442 torturadores”, publicada pelo jornal *Em tempo* (no. 54, 8-14/3/1979, p. 4-5), lê-se que Nilo Canepa era “general do Exército, diretor do DPF em 1972, chefe da rede de assassinos lotados naquele órgão federal de repressão e tortura”. Em um relatório do Sigab, encaminhado pelo general Nilo Canepa ao ministro Alfredo Buzaid, “(...) o general relata as atividades de censura à imprensa um pouco antes de deixar o cargo. Assim, contabilizou oitenta intervenções, de 10/8/1971 a 3/1/1973. As preocupações giravam em torno de temáticas como: subversão, publicações, política, clero, sucessão presidencial, tóxicos, política econômica, apreensão de jornais e/ou revistas e assuntos diversos” (Kushnir, 2012, p. 195).

35 - Coriolano Fagundes demonstra, nesse trecho, ter total noção, em 1998, de quem seria Nilo Canepa. Em abril de 2013, sites (<http://www.apublica.org/2013/04/dea-canepa-policia-federal-operacao-condo/>) divulgaram documentos demonstrando que o ex-diretor do DPF é tido como um dos primeiros líderes da Operação Condor. Como destacou o Portal Vermelho, “(...) tanto [o general Antonio] Bandeira como [o general] Canepa aparecem nas listas de torturadores da ditadura, feitas a partir de documentos e denúncias de presos políticos, como ‘coniventes’, pelo fato de terem comandado operações que resultaram em tortura e desaparecimento de presos sem, no entanto, ter sido flagrados com ‘a mão na massa’, para usar uma expressão suave. (...) O coronel Canepa foi promovido a general assim que a ditadura militar se instalou, e a general-de-brigada em 1971, no governo Médici, mesmo ano em que passou a chefiar o DPF em Brasília. Em 1972, [Canepa] recebeu a Medalha do Pacificador – a maior honraria do Exército, destinada aos ‘revolucionários’ de 1964”

36 - “Tendo como foco central as demandas censórias executadas pelo Estado brasileiro no pós-1964, o ano de 1972 é um marco para compreender o papel dos censores dentro do processo de controle da informação imposto pelos governos autoritários pós-1964. O governo do general Médici estava na metade de seu mandato e o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, tinha como seus colaboradores, entre outros, o general Nilo Canepa, no DPF, e o policial de carreira, Rogério Nunes, que, à frente do Serviço de Censura, faria que este se transformasse em uma divisão” (Kushnir, 2012, p. 193).

37 - *Op. Cit* nota 19.

38 - Romeu Tuma, ao ser convidado pelo presidente José Sarney (1985-90) para assumir a direção do DPF, rompeu a tradição de militares ocuparem o cargo máximo dessa instituição. “(...) Foi o presidente José Sarney, e não o ministro Lyra, que nomeou, em janeiro de 1986, o delegado federal Romeu Tuma para o cargo. Por mais que fosse um civil no posto, a vinculação de Tuma à repressão era conhecida. No primeiro grupo de ministros selecionados por Tancredo Neves, o designado para o DPF havia sido o coronel, na época já na reserva, Luís Alencar Araripe. Ligado à Comunidade de Informações, não assinalava nenhuma mudança na esfera do DPF (Kushnir, 2012, p. 79).

Recebido em 12/06/2013



